



Três enquadramentos e um questionamento sobre a história da memória do Quebra-quebra de 1942.

CARLOS RENATO ARAUJO FREIRE*

Depois do afundamento de mais cinco navios brasileiros por submarinos alemães entre os dias 15 e 17 de agosto, ocorreu em âmbito nacional, no dia 18 de agosto de 1942, uma série de depredações a estabelecimentos comerciais pertencentes aos estrangeiros que tinham alguma relação com os países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão)¹. Somou-se mais de 200 baixas civis nesses ataques, motivo este que é comumente atribuído como a justificção mais plausível para essa violenta reação. Essas depredações ficaram conhecidas na capital cearense como o Quebra-quebra de 1942. Dois dias após essas agitações, o governo brasileiro abandona a posição de neutralidade mantida desde o início do conflito mundial e declara guerra aos países do Eixo. A segunda guerra, antes distante, torna-se presente no cotidiano da população fortalezense.

Apesar da importância que hoje podemos atribuir ao evento, se tivéssemos nos detido apenas a análise dos periódicos de época para reconstruir o evento esbarraríamos em um problema: o silêncio. Na matéria do jornal *O povo* do dia 19 de agosto, na primeira página, foi publicado um editorial do jornal reconhecendo “a justiça que inspira a indignação causada pelos recentíssimos atentados”, entretanto, conclamava as pessoas para voltar a calma, fazendo um “alto em seu delírio patriótico afim de aguardar a palavra do Governo”. “Todos em posição de sentido!” exclamava o editorial. A população deveria obedecer às ordens e decisões superiores nessa hora muito grave, essencialmente, resumidas nesse tripé exposto nas últimas palavras do editorial: “Silêncio, trabalho e vigilância!”²

Ficam evidentes as maquinações políticas dos enunciados e o cuidado para não ferir as exigências do momento, era preciso preservar a ordem interna para obter uma vitória externa

* Mestrando do Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará (UFC) e bolsista da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES.

¹ Os patrimônios depredados em Fortaleza (CE) foram: as lojas Pernambucanas da família alemã Lundgren, a Fábrica Italiana de propriedade do espanhol Rudezindo Nocelo Feijó que por causa do nome herdado do antigo proprietário acabou servindo de motivação para a multidão; a padaria italiana, de propriedade da família italiana Rattacaso, e o ataque frustrado a residência pessoal da mesma família situada em cima da fábrica italiana; o Café Íris de propriedade do italiano Francisco Orlando Laprovítera; os Armazéns do italiano Alexandre Papaleo; a loja A Formosa Cearense, a Tinturaria Italiana, a Tinturaria Modela e a Casa de Confecções 3 oitos, todas de propriedade da família italiana Marino; a Casa Cunto de propriedade dos irmãos Cunto; o Jardim Japonês da família Fujita.

² “Ao Povo”. Jornal *O Povo*, 19/08/1942, ano XX, p. 01.

contra o Eixo. Não se negava a existência das atitudes hostis, porém, passado esse momento desviante, imprevisível e inevitável de reação ao ataque, deveria prevalecer, na população em geral, o bom comportamento dentro dos imperativos de guerra. Assim, apenas de forma muito diagonal, temos acesso a alguns indícios dos acontecimentos ocorridos naquela data, através de escassas referências como “as manifestações coletivas” ou “as vibrantíssimas passeatas” que, em torno das onze horas, teriam tomado contornos de “maiores proporções”, ou, transformando-se num “delírio patriótico”.

Não aparecem qualquer alusão ou descrição mais detida, e, muito menos, alguma referência aos desdobramentos mais violentos do evento ocorrido. Entretanto, o próprio nome do evento além de descrever redundantemente a ação coletiva de quebrar, nomeando-o enquanto tal, esse “grito” ecoado repetidamente pela multidão no decorrer das depredações nos serve como pista dos meios subreptícios que os atores históricos difundiram a notícia e as lembranças do ocorrido: a oralidade.

Até encontramos algumas referências às depredações próximas ao período do ocorrido, mas padecem do mesmo silêncio dos periódicos e não nomeiam o evento enquanto tal e muito menos o colocam como participe da História. Um exemplo concreto disso é a referência contida no livro *Chefes de Polícia* de autoria de Hugo Victor. Este livro foi publicado em 1943 por encomenda da Secretaria de Polícia e Segurança Pública a fim de comemorar o 1º centenário da criação das Chefaturas no Brasil. Após traçar a biografia do Dr. Ruy de Almeida Monte, que se manteve na pasta de 5 de março a 18 de setembro de 1942, o autor elabora algumas linhas sobre o motivo de sua saída:

O afundamento de navios brasileiros por submarinos das nações totalitárias, e a consequente declaração de guerra do Brasil à Alemanha e à Itália, provocaram, como era natural, grande agitação na massa. O povo, indignado com os atos de pirataria do inimigo, logo que foi conhecida a notícia de declaração de guerra, encheu as ruas da capital, promovendo depredações a 18 de agosto, verificando-se fatos idênticos em algumas cidades do interior. Nesse ambiente de trepidação, deixou o dr. Ruy Monte as funções, que passaram a ser exercidas pelo Capitão José Góes de Campos Barros.

Nesse trecho observamos uma imprecisão nas motivações do ocorrido, o autor coloca como causa das depredações a declaração de guerra e não os afundamentos, também não cita

a postura de neutralidade do Governo Vargas e de prontidão caracteriza as nações inimigas como “totalitárias” marcando *a priori* uma diferenciação política entre o Brasil e os inimigos, o que não era tão evidente assim. Mas o que mais nos interessa nesse vestígio é notar a ausência de uma problematização do evento e a fabricação de uma interdição das suas motivações por esse desvio de uma das possíveis causas: a neutralidade sustentada pelo governo de Getúlio Vargas até aquele momento.

Mesmo que a explicitação dessas duas referências, o jornal do dia posterior e o livro de Hugo Victor, não mostrem uma ausência total de barulho, ou seja, uma ausência total de vestígios sobre o Quebra-quebra de 1942, fica claro que não teríamos muito o que falar sobre este dia nos meios escritos. Mas em uma direção contrária a isso, em outros vestígios posteriores o evento é sempre qualificado como o “famoso” ou “o muito conhecido” Quebra-quebra de 1942, o que nos sustentar essa hipótese da difusão subreptícia do acontecimento através da oralidade.

Nesse artigo apresentaremos pelo menos três tentativas de enquadramento da memória desse evento, a de TPGM, a de Alberto Galeno e a dos estrangeiros, contra esse interdito inicial para explicitar pelo menos um questionamento referente esta pesquisa. O Quebra-quebra de 1942 será abordado aqui como fabricante e fabricado. Nessa concepção de Arlette Farge, “o acontecimento é inicialmente um pedaço de tempo e de ação posto em pedaços, em partilha como em discussão: é através dos farrapos de sua existência que o historiador trabalha se quiser dar conta dele.” Existe na sua organização através das fontes uma ausência de ordem, sendo já em si uma colocação em relação. Não é algo dado, “[...] sua maneira de sobrevir, de ser transmitida, oferecida e depois falada e projetada no porvir faz parte de sua existência e dissemina à sua volta uma infinidade de sentidos, poucos fáceis de demarcar” (FARGE, 2011:71).

No caso da minha pesquisa o que ocorreu no passado só virou acontecimento a partir da década de 1980. Somente em torno dos quadragésimos e quinquagésimos aniversários da Segunda Guerra Mundial é que ocorre a comemoração da memória do Quebra-quebra de 1942 como participante da História. Atribuímos alguns fatores à esse movimento de erupção da memória. Primeiro, entre aqueles que viveram os anos 1940 como adultos, mesmo os mais jovens, têm vindo ao longo dessa década de 1980 já com uma idade para se aposentar da vida

ativa, isso os levou a recolher suas memórias. Segundo, vivia-se o fim de outro regime ditatorial e a reativação do movimento estudantil no começo da década de 1980, o que levou à uma revisitação sobre esse passado. Para entender o regime ditatorial teoricamente recém-acabado era preciso entender os outros regimes ditatoriais por qual a democracia brasileira passou. É nessa época que se começa, no campo universitário por exemplo, a se refletir mais detidamente sobre a Era Vargas e o Estado Novo. Esses fatores também influenciaram uma clivagem no campo da memória coletiva, já que as memórias estudantis do Quebra-quebra de 1942 passam da autocensura para uma posição “oficial”.

Thomaz Pompeu Gomes de Matos (TPGM) é quem promove essa comemoração através de vários suportes e investimentos de lembrança, que nos permite dizer que ele assume para si o papel de porta-voz desse acontecimento. São dois os suportes de memória que assumem uma centralidade nos seus investimentos de fazer lembrar o que ocorreu: um monumento e uma série de fotografias. TPGM foi presidente da comissão de estudantes responsável por erguer o monumento Obelisco da Vitória em 1943 –recuperado e reformado em 1989 na gestão estadual de Tasso Jereissati –, e também quem tirou as fotografias do ocorrido, que só seriam publicizadas em 1982. Portanto, TPGM promoveu uma interseção entre o *dar-se a ver* e o *dar-se a ler* na sua construção do evento, angariando mais garantias de um estatuto de verdade à sua versão devido a possibilidade da dupla-verificação: do ler e do olhar.

O percurso dessas fotografias traçam um paralelo com a erupção das depredações como um acontecimento histórico. Após sua reclusão por 40 anos, TPGM conseguiu por intermédio de terceiros publicá-las em jornais a partir da década de 1980; procurou tanto o colecionador Miguel Ângelo de Azevedo (Nirez) quanto o Museu da Imagem do Som do Ceará (MIS – CE) para que elas habitassem seus acervos; liberou-as para compor o livro de memória *O Liceu e o Bonde de Blanchard Girão* publicado em 1997; as tornou presentes no livro *O Ceará na Segunda Grande Guerra* também em 1997; e, por último, tentou publicá-las em uma edição *fac similar* pelo MIS-CE no começo da década de 1990, mas só obteve sucesso em 2009 através da edição *fac similar* o Memorial da Cultura Cearense com o apoio do Governo do Estado do Ceará.

TPGM possuía 24 anos em 1942 e era estudante da Faculdade de Direito. Posteriormente, seguiu outra carreira e hoje é aposentado pelo Banco do Brasil. Por motivos de constrangimento pessoal, somente 40 anos depois do Quebra-quebra de 1942, exatamente no ano de 1982, ao final da ditadura militar de 1964, realizou a divulgação mais ampla do seu relato através de algumas matérias de jornal. Seria essa publicização, que aumentou a audiência de pesquisadores na sua residência, o principal fator que o levou a fabricar um álbum de fotografias e a elaborar de um livro de memórias (ainda não publicado) intitulado *O menino do solar Rouge* no começo da década de 1990.

Outro possível incentivo para a sua produção de memória mais elaborada por parte de TPGM sobre o evento teria sido a resposta à uma provocação do memorialista e estudante na época Alberto Galeno. Esse autor possui no decorrer de sua vida uma ampla conviência com alguns políticos progressistas que visitavam a praça do Ferreira, participou dos quadros da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e do Partido Comunista. No decorrer da sua vida manteve diálogo íntimo com os grupos aos quais considerava mais democráticos. Na época da ditadura militar de 1964, foi preso devido ao seu posicionamento político, pois era um dos “companheiros de bate-papo no banco dos Comunistas” da praça do Ferreira.

Em seu livro *A praça e o povo* de 1991, mesmo ano em que TPGM escreve seu livros de memórias, agrupa Gustavo Barroso, Gomes de Matos (pai de TPGM) e Nogueira Acioli como os escritores reacionários caluniadores do povo. Em decorrência disso, sua escrita é perpassada por um crítica ferrenha aos responsáveis pela implementação da ditadura militar. Em um trabalho de retroação da história, agrupa esse período com os governos da Oligarquia Aciolina do começo do séc. XX e com o governo de Menezes Pimentel na época do Estado Novo, como sendo os típicos “governos anti-povo”, por possuírem como traços característicos o desconhecimento às liberdades democráticas e a intolerância com a crítica recorrendo a violência para silenciá-las. O próprio Quebra-quebra de 1942, descrito ao longo de algumas páginas pois ele também teria sido testemunha ocular do evento, aparece aqui como uma forma de resistência aos desmandos dos poderosos. Seu engajamento é com o “povo heróico”. Sua verdade na sua tentativa de reescrever a história do Ceará é a dos oprimidos, “nunca a dos opressores”.

Apenas no começo da década de submerge um Encargo certo para o testemunho de TPGM sair da reclusão, anteriormente o próprio foi procurado por alguns dos advogados envolvidos nos processos judiciais movidos pelos donos dos estabelecimentos comerciais depredados contra o Estado pelas perdas sofridas. Os reclamantes desejavam expor essas fotografias, dentro do processo de acusação, para servir como prova da parcimônia e omissão das autoridades, que não teriam garantido a segurança material para essas pessoas.

O esforço de lembrar esse passado, que se configurou um projeto de memória, tem uma intencionalidade forte de impor uma versão do ocorrido. Como o acontecimento não adquire significado por si só, é preciso adestrar as suas leituras e atribuições de sentido.³ Se passarmos as páginas do seu álbum, observamos um certo malabarismo em sua organização: as fotos das passeatas anteriores servem para tapar o buraco da falta de fotos das passeatas dentro do dia 18, a ordenação em uma sucessão cronológica buscando sempre a verossimilhança com a própria ordem dos ocorridos, a utilização de fotos de outras pessoas como que para compor um painel imagético de toda extensão dos fatos, entre outros recursos.

Para TPGM “é um dever produzir lembranças; não fazê-lo é reconhecer um fracasso, é confessar a existência de segredos. O álbum é uma garantia de transparência, um passaporte de sinceridade e uma prova de ajustamento” (ARTIÈRES, 1998:08). No seu caso, esse ajustamento ocorre pelo seu nome, que representa a tradição da sua família, e pelo seu engajamento estudantil.

Sobre a influência do grupo estudantil, esse período é lembrado como sendo o tempo áureo do ativismo do movimento estudantil, devido ao seu considerável poder de barganha diante das autoridades instituídas e a ampla representação da sua maior entidade na época, o Centro Estudantal⁴. Entretanto, se por um lado, o relato de memória de TPGM, formado pelos discursos e as fotografias, é fortemente eivado pelos anseios de mocidade militante pró-

³ Segundo Pierre Sorlin, as imagens dependem da palavra para significar alguma coisa, sem esta estaríamos fadados ao erro de “imaginar qualquer coisa, dependendo da nossa fantasia”. Sem a interpretação e o comentário, para garantir sua própria função, as imagens nada teriam para nos dizer (SORLIN, 1994:85).

⁴ O Centro Estudantal Cearense (CEC) foi fundado em Fortaleza, no dia 11 de agosto de 1931, tendo como objetivo principal fundar uma representação estudantil para além dos muros dos estabelecimentos de ensino. Em 1935, contava com mais de dois mil discentes associados de vários colégios, escolas superiores da capital e, também, alguns educandários do interior do estado do Ceará. A saber: Liceu do Ceará, Colégio Militar, Educandário Cearense, Escola Normal, Colégio Imaculada Conceição, Colégio Santa Cecília, Escola de Comércio Fênix Caixerai, Faculdade de Direito, Faculdade de Farmácia, Ginásio Sobralense, entre outros (MOREIRA, 2006:17).

aliados e acaba tornando-se uma forma de registrar a ampla participação estudantil para além dos muros das próprias instituições escolares, por outro lado e não menos evidente é o seu distanciamento em relação aos “quebra-quebrantes”. TPGM fotografou, mas não quebrou. O ato de quebrar o colocaria dentro daquela multidão indignada e descontrolada.

Sobre o engajamento familiar, podemos citar duas figuras centrais contidas no seu livro de memórias *O menino do solar rouge*. O primeiro é o seu pai Raimundo Gomes de Mattos, nascido no Crato em 1886, foi um prestigiado advogado, professor catedrático da Faculdade de Direito do Ceará, chegando a assumir a sua diretoria quando o então Diretor Menezes Pimentel foi eleito Interventor do Estado do Ceará em 1934. Entre outros cargos públicos, teria exercido a função de Delegado de Polícia da Capital no Governo de Nogueira Accioly. Era conhecido por sua postura Político-militante, “democrata consciente”, combatia o comunismo por convicção e não por indústria. “Via na desfaçatez, no egoísmo e na desonestidade das elites políticas dominantes o maior estímulo ao triunfo da *doutrina de Moscou*” (MONTENEGRO, 1986:20). Teria participado do Movimento de 30 no Ceará, mas abandonou a situação para apoiar a eleição de Menezes Pimentel em 1934, esboçando simpatia inicial aos ditames da interventoria estadual.

Já a segunda figura é a sua mãe Léa Pompeu de Sousa Brasil (nome de solteira) que, também, adivinha de um tronco tradicional da política cearense. É filha do engenheiro Hildebrando Pompeu de Sousa Brasil e neta de Thomaz Pompeu de Sousa Brasil, o Senador Pompeu, considerado patriarca das letras do Estado do Ceará. Possuía um forte vínculo com a família Accioly, era sobrinha do comendador Antônio Pinto Nogueira Accioly, que foi o responsável pela nomeação do seu marido para o cargo de Delegado de Polícia. Seus vínculos familiares podem explicar o sentimento de constrangimento que a publicação das fotos, imediatamente após o acontecimento, poderia trazer para o seio familiar.

Em suma, o ajustamento dos investimentos de memória de TPGM procuram reinscrever um outro sentido para a sua família dentro da História do Ceará. Um sentido relacionado mais ao íntimo e não aquele exibido por Alberto Galeno ligado às práticas tradicionais da política oligarquica cearense. É uma escritura para deixá-lo mais em igualdade com o seu pai Raimundo Gomes de Matos e o seu ativismo cívico, para aproximá-lo mais das figuras ilustres que visitavam a sua casa em sua infância para conversar sobre “a História de

Cangaceiros e Lampiões”, é estar junto com a sua mãe Dona Léa e os cuidados com as louças francesas, enfim, é uma escritura direcionada para trazer para perto os seus próximos ainda mesmo que distantes.

A terceira e última versão a ser apresentada é a dos estrangeiros que só teve seu registro escrito na historiografia tradicional, ligada ao Instituto Histórico do Ceará, no livro intitulado *O Ceará na Segunda Grande Guerra* de Stênio Azevedo e Geraldo Nobre, editado em 1998. Esses autores também fazem parte do grupo que viveram intensamente o período. Stênio de Azevedo cursava a Faculdade de Direito do Ceará no começo da década de 1940, “cujo desenvolvimento acompanhou tanto na condição de convocado para o serviço do Exército como na de repórter dos Diários Associados do Ceará” (AZEVEDO; NOBRE, 1998:161). Já Geraldo Nobre também tinha uma carreira jornalística passando pelo matutino *Gazeta de Notícias* e, posteriormente, o órgão católico *O Nordeste*. Além disso, prestou serviço militar participando voluntariamente do curso de formação de sargentos em 1941-42, e, para finalizar, a partir de 1943 trabalhou um ano como servidor do SEMTA – Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia.

No início do capítulo dedicado ao Quebra-quebra de 1942, intitulado “Reação à Agressão”, desenvolve-se com uma ponderação dos autores sobre o processo de pesquisa, uma pequena descrição do que seria o evento e um balanço das suas motivações, para, finalmente, montar um diametral do ocorrido com a apresentação do cabedal de fontes coletadas e selecionadas. Iniciam-no com a observação de como as lembranças das pessoas que viveram o tempo da Segunda Guerra possuem como referência central o evento e admitem que “versões diferentes circulam desde então, nem sempre compatíveis entre si”, entretanto, ao final, perguntam retoricamente “se existe outra explicação além da indignação por motivo daqueles afundamentos e do enraizado conflito ideológico no subconsciente de alguns dos responsáveis” (AZEVEDO; NOBRE, 1998:58).

A explicação da motivação da multidão por um atributo psicológico padece de um reducionismo, mas, mesmo diante dessa restrição, o trabalho feito pelos autores de coleta e publicidade de trechos dos processos judiciais movidos pelo imigrantes, das cartas e depoimentos dos funcionários e proprietários dos estabelecimentos comerciais atingidos, nos

trouxe à tona uma outra versão do Quebra-quebra, a versão dos estrangeiros que se assemelha a uma tragédia:

A saída foi rápida e atabalhoada, todos saíram com a roupa do corpo, os dois filhos menores, que dormiam, foram enrolados num lençol e levados para o automóvel. Os bens mais valiosos, alguma reserva de dinheiro, permaneceram onde estavam. [...] A idéia era retornar à noite, após passar aquele momento de agitação.

[...] Não demorou muito, chegou o Sr. Cleuson Ladislau [...] trazendo a triste notícia que tinham depredado, quebrado, saqueado, a nossa casa, a horta e o jardim.

Não houve agressão, porque ninguém se encontrava no local. Graças a Deus escapamos da fúria dos agitadores.

Foram momentos de desespero, muita dor, muito choro, ao vermos tudo o que tínhamos reduzido a um montão de lixo.

O papai chorava ao se encontrar com uma família, esposa e sete filhos (a última filha Rosa de Lima nasceu 12 dias após o “quebra-quebra”, 30 de agosto de 1942). Filhos todos pequenos, estudando, era duro para recomeçar uma nova vida (AZEVEDO; NOBRE, 1998:100-103).

Esse é o depoimento de João Batista Fujita, filho do imigrante Jusaku Fujita, dessa família *nissei* que construiu o chamado Jardim Japonês, abastecedor de hortaliças, frutas e flores para o consumo da antiga cidade de Fortaleza. Apesar de seu pai, naquela época, já ter família constituída, ter se rebatizado como Francisco Guilherme Fujita (um nome mais brasileiro), ter se convertido ao catolicismo e ter seus esforços de imigrante dedicado ao trabalho reconhecidos por várias pessoas, sua propriedade também foi alvo da multidão. Nesse relato, não há mais lugar para lembrar esse passado com satisfação e orgulho, como em TPGM, aqui predominam a tristeza, o infortúnio e o trágico. Anteriormente, a violência desmedida era justificada pela causa patriótica e o desejo que o país declarasse guerra, agora, aparecem mais as angústias e preocupações como as perdas materiais e as consequências afetivas.

Até o momento definimos pelo menos três momentos mais bem definidos que envolvem a história da memória do Quebra-quebra de 1942: o movimento de interdição movido pelo Estado, a erupção da memória ligada aos estudantes a partir da década de 1980 e por último a erupção da memória estrangeira mais recentemente. Comumente atribuímos essa movimentação de erupção de sentidos diferentes da memória dentro do que Michael Pollak chama de “luta pela memória”.

Esse conceito é definido pela disputa que envolveria os processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e formalização das memórias, que muitas vezes

apresentam-se em desacordo entre si ou, até mesmo, em confronto com uma referência oficial, ou seja, uma memória coletiva nacional forjada pelo poder instituído (POLLACK, 1989). Entretanto, comparando o Quebra-quebra de 1942 com a polêmica envolvendo a memória do Holocausto, a Shoah, ficamos um pouco mais desconfiados com a utilização desse conceito no nosso caso em específico.

Pierre Vidal-Naquet qualifica bem o dito movimento revisionista com os seus supostos preceitos, as suas vinculações institucionais (universidades, editoras, jornais, centros de memória, etc) e o amplo debate público provocado por eles. Essa polêmica discorre principalmente sobre a existência ou não das câmeras de gás e envolve uma discussão metodológica estruturada através vários meios de comunicação sobre a utilização e significação de alguns documentos, como relatórios do alto escalão nazista. O refinamento é tanto que o autor se questiona sobre o próprio significado da sua intervenção: existiriam múltiplas razões para não intervir como, por ser judeu e por não trabalhar com o período por exemplo, mas a aquela que ele insiste mais é que responder ao debate seria uma forma de admitir o argumento inadmissível da existência de duas "*escolas históricas*", a "*retonista*" e a "*exterminacumista*" (VIDAL-NAQUET, 2008:14).

Já no caso Quebra-quebra de 1942 nossa pesquisa revelou poucos envolvidos e ainda de forma muito tímida. Enquanto as contrariedades no caso do Shoah chegam ao ponto de promover a violência física entre os seus opositores, no nosso caso parece que o processo de erupção da memória ainda se encontra em um processo de desenvolvimento e provocação para o seu ressurgimento, as vezes o que me parece pior é que ele está ocorrendo principalmente pelo pesquisador que redige essas linhas, pois participei da equipe que publicou o álbum de fotografias de autoria de TPGM.

Um fato que se desenvolveu após o dia do lançamento do álbum ainda torna essa disputa ainda mais questionável. Talvez devido a ampla divulgação do lançamento nos jornais e na televisão, durante e depois daquela noite TPGM foi abordado por várias pessoas que de alguma forma já tinham alguma lembrança direta ou indireta sobre os tempos da guerra. Pelo menos duas dessas pessoas eram parentes das famílias estrangeiras que tiveram seus estabelecimentos comerciais depredados, uma delas mantinha um forte vínculo de amizade com um dos filhos de TPGM, que é médico da sua família durante muito tempo.

Como interpretaríamos esses fatos durante a pesquisa? Existia uma contradição maior que por causa da ação do Estado no decorrer da história da memória do evento a transformou em uma contradição menor? Ou será que poderíamos falar de uma contradição maior que tornou-se uma contradição no nível das afinidades eletivas? Essa contradição menor entre sentidos da memória do Quebra-quebra, restringiria a utilização do conceito de “lutas pela memória” a ponto de excluí-lo? Seria mesmo uma contradição de sentidos? Perguntas pertinentes para respostas ainda porvir.

Bibliografia

ARTIÈRES, Philippe. “Arquivar a própria vida” In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 21, 1998.

AZEVEDO, Stênio; NOBRE, Geraldo. **O Ceará na Segunda Grande Guerra**. Fortaleza: ABC Fortaleza, 1998.

BAXANDALL, Michael. **Padrões de intenção** – a explicação histórica dos quadros. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

FARGE, Arlette. **Lugares para a história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

GALENO, Alberto. **A praça e o povo (homens e acontecimentos que fizeram a história da praça do Ferreira)**. Fortaleza: Stylus Comunicações, 1991.

GUIMARAES, Manoel Luiz Salgado. **Vendo o passado**: representação e escrita da história. *Anais do museu paulista*. 2007, vol.15, n.2.

MATOS, Thomas Pompeu Gomes de. **O menino de Solar Rouge**. Fortaleza, CE, 1991. Livro de reminiscências não publicado.

MATOS, Thomaz Pompeu Gomes de. **Gomes de Matos** – Itinerário de uma vida. Fortaleza, CE: livro não publicado.

MONTENEGRO, Abelardo F. Gomes de Matos – O Homem. In.: MATOS, Thomaz Pompeu Gomes de. **Gomes de Matos** – Itinerário de uma vida. Fortaleza, CE: 1986 (livro não publicado).

MOREIRA, Afonsina Maria Augusto. **Juventude da pátria a(r)mada**: O Centro Estudantil Cearense Em Fortaleza, 1931 – 1945. Fortaleza: Museu do Ceará, 2006.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

SORLIN, Pierre. “Indispensáveis e enganosas, as imagens testemunhas da história”. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 7, n. 13, 1994.